

REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 697/XI (1.ª)

Expeça-se

Publique-se

2009/12/22

Secretário da Mesa



**Assunto:** Transferência da Red Bull Air Race para a cidade de Lisboa e Critérios do Turismo de Portugal para a distribuição de Incentivos Próprios

**Destinatário:** Primeiro Ministro

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

A consumação da transferência da Red Bull Air Race para a cidade de Lisboa veio retirar ao Norte do País, ao Distrito do Porto e às cidades de Porto e Vila Nova de Gaia em particular, o seu maior evento de divulgação turística.

O evento, que ambas as cidades descobriram em 2005 e conseguiram trazer para Portugal em 2006, trazia quase 1,5 milhões de pessoas às margens do Douro durante 2 dias, tendo um impacto económico positivo estimado entre 17 a 23 milhões de euros, segundo um estudo da Faculdade de Economia do Porto.

Para além do mais, e visto de uma forma mais abrangente, podia, e devia, ser visto como uma janela de oportunidade para aproveitar a sua integração numa estratégia de divulgação de toda a região de turismo do Douro Vinhateiro.

Todos estes motivos levaram-nos a acreditar que quer o Turismo de Portugal, quer o Governo, se empenhassem na manutenção da prova nas margens do Douro. Mas os acontecimentos entretanto ocorridos, mostraram uma atitude completamente diversa daquela que seria expectável.

O facto é que intervenção do Turismo de Portugal foi decisiva para a deslocalização do evento para Lisboa, em desfavor das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia e de toda a região Norte do País.

O Governo e o Turismo de Portugal, mostraram claramente a sua total indiferença e preocupação por uma saudável distribuição de verbas e eventos de dimensão mediática com elevado retorno turístico, pelas diferentes regiões do país. O seu aparente silêncio perante esta situação foi cúmplice de mais uma atitude característica do centralismo há muito reinante no nosso país.

Acresce que, segundo o relatório de 2008 do Turismo de Portugal, em 70 milhões de euros em incentivos próprios que esta instituição distribui nesse ano, 49 milhões de Euros foram entregues ao distrito de Lisboa, e apenas 21 milhões de Euros a todo o resto do território Nacional !



Isto significa que o distrito de Lisboa ficou com mais de 70% dos apoios dados sobre a forma de incentivos directos para todo o país. Esmiçando os números em maior profundidade, a cidade de Lisboa ficou com um valor de incentivos de 43 Milhões de Euros ou 61% do valor total de incentivos directos dados pelo ITP em 2008.

Ainda analisando em termos relativos o valor dos incentivos próprios distribuídos em função das verbas totais de investimento das candidaturas aprovadas, verificamos que Lisboa tem uma taxa de participação de cerca de 54%, quando por exemplo, no Porto ou em Leiria, os montantes de participação são de 5% e 4,5% respectivamente!

Todo o quadro acima exposto, demonstra que o actual Governo e o Turismo de Portugal têm levado por diante uma estratégia de distribuição de recursos de assente numa total iniquidade e falta de espírito de solidariedade regional para com todo o país, centralizando em Lisboa um montante de recursos que em termos percentuais é de uma disparidade demasiado gritante, exigindo da parte destas duas entidades esclarecimentos cabais face a toda esta situação.

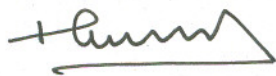
Acreditamos que é uma obrigação do Governo, e do Sr. Primeiro Ministro como líder da equipa governativa, a promoção da coesão nacional, e isso passa por promover um tratamento igual na distribuição de recursos pelas diversas regiões do país.

Nestas circunstâncias, nos termos constitucionais, legais e regimentais, solicita-se a V. Exa. requeira junto do Senhor Primeiro Ministro:

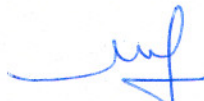
1. Relativamente ao investimento feito pelo ITP na Red Bull Air Race nas margens do Douro, se o ITP disponibiliza as verbas aí adstritas em 2009 para eventos semelhantes de divulgação turística regional a realizar no Distrito do Porto ?
2. Relativamente à distribuição de incentivos próprios pelo ITP, que tipo de critérios são usados para a distribuição regional dos montantes investidos?
3. Relativamente à distribuição de incentivos próprios pelo ITP, que tipo de critérios são usados para decidir qual a percentagem de participação, tendo em conta o valor total das candidaturas aprovadas, deste organismo publico nos diversos projectos analisados?

Palácio de São Bento, 21 de Dezembro de 2009.

O(A) Deputado(a)s:



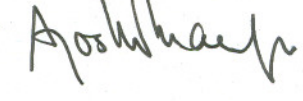
José Pedro Aguiar Branco



Miguel Frasquilho



Raquel Coelho



Agostinho Branquinho



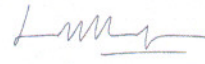
Jorge Costa



Luísa Roseira




Sérgio Vieira



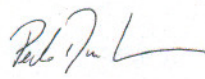
Luís Menezes



Margarida Almeida



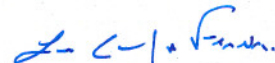
Adriano Rafael Moreira



Pedro Duarte



Carla Barros



Luís Campos Ferreira



Luís Montenegro